

Vida: O fim e o começo

Ailton Krenak

Universidade Federal de Juiz de Fora

contatoailtonkrenak@gmail.com

RESUMO VIDA: O FIM E O COMEÇO

Na conferência *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para quê? Para quem?*, proferida em atividades online da Cátedra CALAS - IEAT/UFMG em 16 de novembro de 2021, Ailton Krenak discute a noção de “desenvolvimento sustentável” que considera ilusória dentro da lógica capitalista. Ao relembrar as promessas frustradas da Eco-92 e dos Objetivos do Milênio, que, em vez de combater a pobreza, reforçaram desigualdades e a crise climática atual, Krenak argumenta que o capitalismo — entendido como uma “religião global” — transforma a vida e a natureza em bens de consumo, expulsando os povos de seus territórios e mercantilizando as relações através da gestão da vida. Para o pensador indígena, é preciso despertar, produzir outras visões de mundo, valorizar a vida como experiência cósmica e selvagem, refundar os Estados coloniais em formas plurinacionais e pluriversais para a convivência entre os seres e com o planeta.

Palavras-chave: capitalismo; desenvolvimento sustentável; crise climática; meio ambiente; Ailton Krenak.

Life: the end and the beginning

ABSTRACT LIFE: THE END AND THE BEGINNING

In the conference "The Sustainable Development Goals. For what? For whom?", delivered during online activities of the CALAS Chair - IEAT/UFGM on November 16, 2021, Ailton Krenak discusses the notion of "sustainable development," which he considers illusory within capitalist logic. Recalling the frustrated promises of Eco-92 and the Millennium Development Goals, which, instead of combating poverty, reinforced inequalities and the current climate crisis, Krenak argues that capitalism—understood as a "global religion"—transforms life and nature into consumer goods, expelling peoples from their territories and commodifying relationships through the management of life. For the indigenous thinker, it is necessary to awaken, to produce other worldviews, to value life as a cosmic and wild experience, to refound colonial states in plurinational and pluriversal forms for coexistence among beings and with the planet.

Keywords: capitalism; sustainable development; climate crisis; environment; Ailton Krenak.

1. INTRODUÇÃO

A questão que se encerra no lema geral de meio ambiente toca diretamente a vida dos povos originários no mundo inteiro, e em especial no nosso país. Essa questão tem implicações na vida doméstica e no cotidiano das pessoas, a ponto de ter nos mobilizado desde a década de 1990, quando houve uma participação ampla das sociedades indígenas e do movimento indígena no Brasil na organização da Conferência do Rio de Janeiro – a Eco 92.

É interessante reportar a Eco 92, por ela ter sido a conferência que anunciou para o mundo um propósito de discutir o desenvolvimento econômico, a questão ambiental, e dar conhecimento ao mundo sobre seu estado de urgência, quando a questão do clima ainda era somente um anúncio e nós ainda não estávamos acossados pelas tragédias que sucederam, tempos depois, a Eco-92. É muito importante, então, situar esse lugar onde as sociedades indígenas passaram a ser uma interlocução extravagante da ONU, do tema do meio ambiente global e dos protocolos das conferências. Nos eventos que se seguiram após a Eco 92, como a Rio +10 e a Rio +20, passou-se a convocar, possibilitar e facilitar a participação de lideranças indígenas de toda a América. Essas conferências foram ocasiões em que povos originários da África, da Ásia e das Américas passaram a assumir um protagonismo crescente nas discussões com as agências e com a ONU. Isso se deu nas várias sessões que discutiam a questão da participação dessas populações tradicionais e povos originários na regulação do acesso ao conhecimento tradicional, o acesso associado a recursos genéticos, vinculando diretamente o interesse dessas sociedades a um tema tão especializado e discutido em níveis tão fechados, digamos assim, até a década de 1990.

Quando, em 2005, tivemos o anúncio do Programa das Nações Unidas de que havia objetivos do milênio a serem alcançados¹, esses objetivos, de certa maneira, anunciavam que precisávamos aprofundar o debate sobre desenvolvimento. Houve muitas consultas em diferentes regiões do mundo, promovendo inúmeras rodadas de discussão, articulando o debate sobre os objetivos do milênio com outras questões, como

¹ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137806>

a econômica. E os fóruns econômicos passaram a ser um lugar também de refletir sobre a adesão e participação dos governos naqueles protocolos, nos compromissos que vinham sendo instituídos ao longo da década de 1990. Depois, na virada do século 20 para o século 21, quando os importantes acordos do clima passaram a se relacionar com os compromissos que cada nação deveria assumir para alcançar os objetivos do milênio, chegou-se, então, aos chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)².

A partir de um anúncio amplo, global, sobre a relação do meio ambiente com o desenvolvimento, passou-se a discutir o clima no planeta, e os governos de diversos países foram convocados a assumir compromissos juntamente com o setor de produção, ou seja, as empresas. O empresariado passou a ter um papel importante nas discussões internas nos países e, aqui no Brasil, houve muita mobilização. A partir de consultas públicas, criou-se uma expectativa tão grande nas comunidades que o país conseguiu, no começo do século 21, mobilizar amplamente as agências públicas, chegando até o nível dos municípios. Passamos a ter conferências nacionais do meio ambiente, que adotaram a agenda e passaram a discutir, a partir de 2010, os chamados Objetivos do Milênio. Empresas, governos municipais e regionais passaram a discutir essas questões com suas comunidades, e isso criou uma cultura no Brasil e, significativamente, em outros países da América Latina. Criou-se também muita expectativa por parte desses povos, que viviam em condições de muita marginalidade nos seus próprios territórios e países, de que haveria vínculos com esses compromissos dos objetivos do milênio, para ativar mecanismos de responsabilização dos seus governos, diante da questão da conservação da água, da floresta e, obviamente, do combate à pobreza –primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável.

Um dos primeiros objetivos desse desenvolvimento seria exatamente combater a pobreza, e ele surge como uma promessa tão bem-vinda e maravilhosa, que sugere que nós iríamos acabar com a miséria em todas as suas formas e em todos os lugares. Quer dizer, é de um otimismo escandaloso, porque nós sabemos que nos últimos duzentos anos se avançou muito pouco na cultura de rever as práticas de consumo e as práticas relacionadas a isso que se chama desenvolvimento.

² <https://www.unesco.org/en/sdgs>

Nós viramos a primeira década do século 21 com desenvolvimento sendo sinônimo de desastre, uma prática associada ao anúncio do aquecimento global. Um anúncio muito pouco relacionado com a prática, já que os governos foram se desobrigando dos compromissos reais. Um exemplo é o uso do combustível fóssil na América Latina: não houve, em relação a isso, nenhuma ação efetiva dos governos. Nós continuamos totalmente subordinados a essa indústria sem conseguir relacionar o fim dessa produção, ou mesmo a chamada energia limpa, com a questão social, que fica de lado, inclusive, nos debates sobre a questão ambiental.

A pobreza e a escandalosa marginalidade crescente de milhões e milhões de pessoas em cada um dos nossos países denunciam o abandono interno a uma agenda dos objetivos do milênio, seja no campo da educação, da saúde, da produção de alimentos ou do chamado desenvolvimento. Então, o adjetivo “sustentável” não tem adesão à realidade em nenhum dos nossos países, nem sequer no que envolve tanto investimento e uma infraestrutura tão grande como a questão da produção da energia a partir das hidrelétricas. Nas sucessivas reuniões que discutiram a questão do clima, o Brasil sempre reivindicou para si essa vantagem comparativa em relação aos países que têm que usar o combustível fóssil, performando uma condição de produzir energia limpa. Mas nós sabemos que essa energia limpa está suja de sangue. Belo Monte, Tucuruí, Santo Antônio, essas grandes barragens, elas arrebutaram com a vida de comunidades ribeirinhas e indígenas, promoveram deslocamentos e, principalmente, um visível empobrecimento das comunidades do entorno desses grandes projetos.

Aquela configuração que nos anos 1980 e 1990, promoveu, no caso do Brasil e de alguns outros países para além da América Latina, uma experiência de crescimento econômico, uma espécie de aproximação de uma ideia de que nós teríamos países em desenvolvimento capazes de dar conta da questão da pobreza, e principalmente do acesso à terra e de algumas medidas do elenco de ações que nos aproximaria de uma economia responsável em relação às gerações futuras. A principal promessa dos objetivos do milênio, assim como das ODS, era criar um ambiente para que as novas gerações pudessem experimentar um tipo de desenvolvimento que não comprometesse a vida no planeta. Mas o que fica muito evidente é que as grandes corporações, na virada do século

20 para o 21, tomaram o controle desse debate e passaram a direcioná-lo atendendo a prioridades econômicas.

Por quase dez anos nas discussões internas na ONU, as prioridades econômicas dos Estados Unidos passaram a orientar os debates nas conferências do clima, com eles se retirando dos acordos, suspendendo doações e claramente denunciando os objetivos do milênio como alguma coisa que não interessava aos países ricos. Isso criou um abismo entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, onde os primeiros, de maneira oportunista, passaram a ouvir os seus governos dizendo: "eles desenvolveram suas economias, eles expandiram as suas bases de mercado e agora querem nos obrigar à pobreza. Querem que a gente deixe as nossas florestas e jazidas sem explorar ". No caso do Brasil, quando o país anunciou o acesso à tecnologia para explorar o pré-sal, se constituiu uma verdadeira crise da relação do país com as potências, principalmente com os Estados Unidos, que publicamente mostravam o desagrado com o fato de um país como o Brasil alcançar soberania no campo da produção de energia e se colocar no jogo sobre a questão do clima de uma maneira muito especial. Houve, então, entre os governos, ações de guerra surda de impedir que um país pudesse alcançar desenvolvimento tecnológico, de alcançar a capacidade interna de organização com a sociedade, de mobilização interna das comunidades e de uma resposta positiva para a implementação de alguns dos dezessete objetivos do milênio. Nem sequer aqueles ligados à questão da fome foram levados a sério por todo mundo. Com exceção de alguns países da América Latina, a questão da pobreza e da fome passou a ser prioridade, quando tínhamos o primeiro desses objetivos do desenvolvimento sustentável sendo buscado pelo menos por alguns governos do continente.

No Brasil, como todos sabem, em uma década, 30 milhões de famílias foram tiradas de uma condição de pobreza absoluta. Uma breve experiência de empoderamento econômico dessas famílias, mas que agravou a situação do clima porque você não pode pensar em fortalecer a economia de uma região do planeta sem aprender todas as outras lições relacionadas com a ideia do desenvolvimento em perspectiva, buscando sustentabilidade. Não é automático, mas foi difundido amplamente que desenvolvimento sustentável era alguma coisa composta, que uma pequena sociedade,

um país, podia assumir compromissos e dar conta de levar esses compromissos a termo, associando desenvolvimento, a ideia de progresso. Progresso e desenvolvimento.

Especialmente na América Latina, a ideia de progresso está associada à expansão da economia, à implementação de cada vez mais tecnologias de submeter o que chamam de recursos naturais à utilização, ao uso direto, à ampliação do Produto Interno Bruto de cada país. E, infelizmente, nós ainda estamos diante de uma mentalidade onde os governos adoram exibir seus "PIB" enquanto ocultam o drama social, o abandono de milhares de famílias em condição de pobreza, da qual não conseguem sair sozinhos – porque isso implica uma política ampla de governos. E, às vezes, não só de governos nacionais, mas de governos regionais, como foi pensado, por exemplo, no Mercosul, e nos acordos que incluíam o México, o Canadá e os Estados Unidos.

É muito importante que as pessoas entendam que isso tudo tem a ver com o clima e com a ideia de desenvolvimento sustentável, e tem um vínculo profundo com a questão dos limites que o planeta impõe ao crescimento da população global no planeta – uma questão que muita gente evita discutir, porque é antipático. Parece que, em todo o século 20, foi estabelecida uma espécie de censura moral tácita de não se discutir a questão da população global, que passou a ser quase um tabu. Raramente, um ou outro economista toca na preocupação com o fato de nós sermos sete bilhões e meio de pessoas no planeta. Mas a maioria ainda diz que nós vamos dar uma solução para a questão da pobreza e da fome para todo mundo, em todos os lugares. Só mesmo um contador de mentiras pode prometer uma coisa dessa.

Fica cada vez mais claro que nem a Europa é capaz de acabar internamente com a pobreza. Ela está furada pela crise dos imigrantes que vêm de várias regiões do planeta, exatamente porque a questão climática já alcançou comunidades em várias regiões do mundo, onde não há mais condição de produzir nos territórios, a mínima equação em torno de desenvolvimento e sustentabilidade. Essas constatações todas animaram algumas pessoas a pôr em questão a ideia de sustentabilidade, principalmente associada àquela de desenvolvimento, e obrigaram algumas pessoas, principalmente as que assumiram responsabilidades nos seus governos, de invocar a possibilidade de termos

uma diminuição da ênfase no desenvolvimento e cogitar de algum envolvimento. Um envolvimento em diferentes regiões do planeta, onde as populações passassem a conhecer mais as condições dos seus territórios.

A questão dos territórios diz respeito à primeira infraestrutura que um povo tem para pensar o seu desenvolvimento. E é interessante a gente observar que o que o capitalismo chama de desenvolvimento é a financeirização de tudo que é a vida, a água, as florestas – isso que elenco como a biodiversidade. Então, a observação em relação ao desenvolvimento na perspectiva do capitalismo é comer a biodiversidade do planeta, e fazer sua gestão numa perspectiva exclusivamente mercantil.

Então, vamos continuar nos enganando acerca do desenvolvimento sustentável? O planeta está engolfado e não há nenhuma economia que escape da lógica e dos choques do capitalismo. Imaginar o desenvolvimento sustentável dentro desse amplo horizonte posto pelo capitalismo é uma ilusão, é auto-engano, que só pode atrasar ações de comunidades, povos e países. Eventualmente, alguns blocos que conseguirem constituir acordos entre si, poderão ser capazes de debelar as crises que vão se suceder, os chamados eventos extremos. Porém, nós já estamos dentro dos eventos extremos, e a COP26³, apesar de toda a tentativa de dar relevância a eles, se mostrou uma única oportunidade para que aqueles que sempre estiveram fora das discussões oficiais pudessem fazer a diferença. E essas vozes vieram de homens, mulheres, jovens da África, da América Latina, mesmo da Ásia e de outras regiões do planeta que sabem que a questão do clima não é mais um anúncio. A questão do clima é uma realidade cotidiana, deixando pessoas sem beber água, deixando gente sem comida e promovendo, talvez, um dos maiores fluxos migratórios no mundo inteiro a partir da experiência de refugiados. Ao ponto de nós já termos o termo “refugiados ambientais”.

Quer dizer, conseguimos piorar tanto da década de 1990 até agora, que insistir em dar sentido à expressão "desenvolvimento sustentável" é manter uma ilusão que vai nos fazer pagar caro. É uma espécie de falta de coragem de ver o estado de coisa que estamos

3

<https://brasil.un.org/pt-br/156377-guia-para-cop26-o-que-%C3%A9-preciso-saber-sobre-o-maior-evento-clim%C3%A1tico-do-mundo>

e obrigar os nossos governos, as corporações, a mudar o padrão com que eles se relacionam com a questão da economia e com a questão do acesso aos recursos da biodiversidade, no geral. Não existe fronteira. O capitalismo devastou o planeta, continua o devorando e a maior parte das agências, como a ONU, por exemplo, não conseguem se opor à sanha das corporações.

Nós, que vivemos em países do terceiro mundo, sabemos que os nossos governos deixaram de ser representações das suas sociedades e passaram a ser escolhidos pelas corporações. Essas, com seu jogo direto ou indireto, decidem quem governa esses pequenos países, para fazer uma paródia sobre aquela ideia de grandes negócios, pequenos negócios, grande qualquer coisa... é esse *slogan* capitalista, sugerindo que pequenos negócios são grandes oportunidades, toda essa ideia do lucro, da vantagem que o capitalismo imprime, a ponto de ter instituído essa noção de que cada sujeito pode ser empresário de si mesmo, que é o empreendedorismo. Essa fantástica manobra de você anunciar para os povos que não têm mais acesso ao trabalho, uma condição de emprego estável: "Seja empresário, seja empresário de você mesmo". Então, nós temos milhões de desempregados que, de uma hora para a outra, se tornaram empresários de si mesmos. Essa coisa do sujeito ser o tempo inteiro bombardeado com a ideia de que ele pode ser um empreendedor e que ele pode ser empresário dele mesmo. Essa "uberização" da vida como uma política ampla, de abandono da qualidade da vida para as pessoas – "o seu destino você decide".

A ideia de país e de nação foi desprezada descaradamente, porque os países não têm mais obrigação com seus cidadãos. Os seus cidadãos podem ficar à deriva numa pandemia, num "dane-se", podem se virar do jeito que der. E a sociedade que seja capaz de dar respostas sozinha, como no caso do Brasil e de alguns outros países, onde a sociedade se levantou contra o discurso do Estado, contra a necropolítica estatal, e promoveu o cuidado de si, a solidariedade, a ajuda. Ou, como em outros casos na América Latina, em que os profissionais de saúde se lançaram numa verdadeira guerra para salvar a vida de pessoas abandonadas por seus governos. Então, como nós podemos acreditar que vamos ter um conserto desses estados de desenvolvimento sustentável? Nós estamos sendo saqueados!

O capitalismo talvez seja a religião global do século 21. A professora Conceição Evaristo, no Festival de Inverno da UFMG há um ano atrás, em plena pandemia, foi perguntada por que as pessoas não questionam toda essa lógica do consumo, da predação da vida. Ela disse: "Olha, a maioria das pessoas acha mais fácil o fim do mundo do que o fim do capitalismo"⁴. Talvez não seja só a professora Conceição Evaristo que tenha uma observação sobre essa verdadeira religião, que se tornou o capitalismo no mundo inteiro. O consumo é uma espécie de testemunho: quem está dentro dessa religião, dá sua profissão de fé consumindo, consumindo, consumindo, consumindo, consumindo, e tendo o consumo como uma razão para estar vivo. Nós precisamos discutir nos nossos países e nas nossas comunidades essa espécie de destino que já foi definido para nós pelo capitalismo.

Não creio que seja o caso de me estender muito mais dando exemplos sobre a ilusão do desenvolvimento sustentável. Não vou discorrer sobre os outros dezesseis objetivos do milênio, porque eu acho que esse primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável, que seria diminuir pelo menos a pobreza no mundo e acabar com a fome no planeta, está muito longe de ser alcançado, e parece mais uma quimera. E, manter ilusões sobre nós e sobre o mundo, no quadro em que nós experimentamos da realidade climática, seria uma estupidez. Nós não podemos mais negligenciar as responsabilidades que temos com relação ao consumo.

O nosso querido Davi Kopenawa Yanomami tornou conhecida uma frase que está no seu livro, *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, onde ele afirma que o mundo dos brancos – que na língua yanomami são chamados de napë –, se constitui na civilização da mercadoria. Civilização da mercadoria! É muito interessante que, a partir de uma cosmovisão de um povo originário das Américas, um pensador consiga observar de fora a lógica desse consumo como uma máquina de reproduzir o capitalismo incessantemente. Ele diz que a civilização da mercadoria é essa civilização que vive fascinada com o consumo, mesmo em comunidades que vivem extrema pobreza. O desejo do consumo é o tempo inteiro produzido, a ponto de o ex-presidente do Uruguai,

4

<https://www3.ufmg.br/comunicacao/noticias/para-projetar-mundos-possiveis-e-preciso-repensar-o-tempo-propoe-conceicao-evaristo>

Pepe Mujica, afirmar que o mundo não quer cidadãos, o mundo quer consumidores.

Nós temos tantas evidências de que estamos produzindo um inferno com essa religião capitalista, que seria importante refletirmos sobre como pensar outras formas de economia e alternativas a essa civilização da mercadoria.

A única coisa que pode crescer indefinidamente é o câncer. É a única que cresce indefinidamente. Tudo mais na natureza tem contornos, tem controle, tem capacidade de regulação, seja interna ou externa. O capitalismo, não. Ele é descontrolado. Ele nos comerá a todos – se não despertarmos, se não formos capazes de produzir visões, afetadas profundamente por aquela ideia de diversos mundos, plurais, pluriversos, saindo de uma única narrativa de ideia de sucesso e convocando muitas narrativas sobre os humanos, sobre nós, sobre a tal da humanidade. Porque se nós insistirmos nessa reprodução dos termos da economia no planeta, engolfando oceanos, florestas, paisagens inteiras, a ponto de derretermos as camadas polares, nós estamos promovendo o nosso próprio fim. E aí não tem como adiar fim de mundo nenhum. Nós vamos ser todos engolfados numa espécie de desastre monumental, onde tempestades, tsunamis, chuvas, calor demais, frio demais, vai nos consumir e transformar a experiência de povos inteiros no planeta em um desastre.

Pobreza e desastre. Apesar de que a expressão pobreza é profundamente determinada pela lógica da economia e do capitalismo, vale a pena colocarmos em questão a própria ideia da pobreza, assim como colocamos em questão a ideia do sustentável. Tanto a ideia da pobreza quanto a ideia do sustentável podem ter sido produzidas dentro da mesma oficina que gerou essa civilização da mercadoria. Primeiro, ela teve que ser capaz de produzir sentimentos, estados de ser acerca de pobreza e definir o que é pobreza. O Banco Mundial se prestou muito a esse serviço de indicar o que é pobreza, e muitos de nós nos entusiasmamos com aqueles relatórios do Banco Mundial, porque acreditávamos que ele estava interessado em denunciar as desigualdades que produziam a pobreza. Quando, na verdade, o que o Banco Mundial fez foi estabelecer um estatuto, um status de pobreza. Hoje existe um status de pobreza, e a dinâmica do capitalismo é uma promessa eterna de que a gente vai escapar dela. É mais ou menos

como a ideia de algumas religiões que dizem que nós só estamos sofrendo por causa do pecado, mas vamos ser salvos um dia. E o capitalismo é capaz de fazer promessas tão absurdamente messiânicas, e as pessoas são capazes ainda de acreditar nisso. É por isso que o capitalismo está vivo. E está vivo como uma religião. E prometer desenvolvimento sustentável é cínico.

Eu privilegiei muito um diálogo crítico com a estrutura que está cogitada globalmente para lidar com o conflito do consumo da mercadoria, essa sociedade da mercadoria, e toda essa lógica que foi implementada com a industrialização, com a colonização óbvia, uma colonização que se faz agora sem o colono. Inclusive, os nossos próprios territórios originários sofrem com essa pressão e os nossos rios, as nossas florestas, as nossas montanhas já estão reclamando e falando com quem ouve. E nós tivemos a oportunidade de um encontro muito criativo, falando sobre os rios, para além das fronteiras de cada país. Pensando os rios como seres vivos, seres-rios.

Há uma discussão importante, tocando a questão de reconhecer o direito de outros seres que não os humanos, que no campo jurídico que se atribui à necessidade de reconhecer o direito da natureza. É claro que para os povos originários, aceitamos essa abstração da natureza como uma possibilidade de diálogo, porque a natureza é uma invenção ocidental, muito oportuna ao capitalismo. O capitalismo precisa dessa epistemologia, precisa de uma narrativa que institui a cultura, a natureza, os direitos humanos, essa centralidade do humano diante de tudo. E, marcadamente, nos últimos 200 anos, essa espécie de mantra afirmando a ideia da prioridade do centralismo humano nos aproximou rapidamente do Antropoceno.

Como toda religião, chega uma hora, no entanto, que ela dá a metástase. O que está acontecendo no âmbito da relação política, economia, política, economia e a própria dinâmica do capitalismo, é que esse feixe de questões que deu sustentação a toda a ideia do progresso, apelando agora para a ideia da sustentabilidade, se constitui numa espécie de testamento. É um grande testamento onde esses valores foram sendo impregnados na mentalidade das pessoas. A natureza é alguma coisa que a gente pode dispor. E muitos povos originários ficaram diante do dilema na relação com seus estados nacionais, sobre

como lidar com essa trágica situação em que os estados nacionais querem fazer, puxar para dentro do jogo os territórios que se constituem no nosso próprio corpo. Essa identidade profunda com o território não cabe na lógica das relações com o mercado, com a economia, e muito menos com a ideia do desenvolvimento verde, de uma economia verde.

Toda essa narrativa se constitui num mesmo arcabouço, numa mesma epistemologia que não consegue dialogar com a multitude de seres que implica uma nova compreensão sobre a vida na Terra. Quando eu atinei para o texto *A vida é selvagem*, foi a partir de uma disposição de abrir uma espécie de janela, abrir uma fresta no debate sobre a insistente afirmação de que nós podemos dominar a vida não humana. Tudo que não é humano é selvagem. Então, a afirmação de "a vida é selvagem" é para dizer que a vida não é refém do humano. O humano não tem a potência de conter a vida. A vida é muito mais. A vida, como essa experiência transcendental, nas cosmovisões dos povos originários, tem a capacidade de questionar a racionalidade do Ocidente com a ideia da centralidade do humano. Porque, nas nossas narrativas, o humano é apenas mais um numa constelação de mundos com multidão de seres. E é essa multidão de seres que nos dá a capacidade de observar, questionar e de produzir outros mundos.

Diante da interrogação constante de como sair dessa experiência da economia capitalista para outros mundos e outras experiências de vida, centenas de comunidades fazem isso no seu cotidiano: experimentam no cotidiano ficar fora dessa civilização da mercadoria. Mas essas comunidades são observadas como comunidades pobres. É pobreza. Existe uma categoria de pobreza instituída pelo mercado, pela lógica capitalista, que sugere que um povo que vive dentro da floresta, que obtém dela tudo o que precisa para a sua medicina, para a sua alimentação, para a sua experiência poética da vida, não é rico. Essa pessoa é pobre. É pobre porque vive em estado natural. Mas uma pessoa que vive na periferia de Buenos Aires, na periferia de Brasília, na periferia de qualquer outra metrópole do mundo, está na escala dessa riqueza capitalista. Mesmo aqueles que façam parte dos 40% que estão na mais absoluta miséria são percebidos como mais engajados nos valores da economia do que uma comunidade isolada, que vive de pescar, de caçar.

O tipo de vida selvagem não tem valor na lógica que institui o mercado, as trocas, o capitalismo, o mundo do trabalho que nós estamos vendo se dissolver diante dos nossos olhos. Alguns especialistas sugerem que até a década de 2030, nós não vamos mais ter fábricas. Então, muito provavelmente, as milhões de pessoas que hoje trabalham em fábricas também não vão ter como subsistir, porque ficaram vinculadas a um tipo de vida insustentável. Mas quem viveu, quem prevaleceu numa forma anciã de vida, já superou isso, nunca caiu neste lugar, e é capaz de se experimentar a vida como uma experiência transcendente.

A vida não é uma contabilidade financeira, mas o capitalismo quer sugerir que uma família que não faz parte da planilha econômica não existe. Mas nós sabemos que são esses, que não existem, é que são capazes de dar resposta a esse paradigma que estamos todos imersos, que é a pergunta sobre como criar condições para uma vida digna fora do capitalismo. A pergunta já traz um preconceito: como buscar uma vida digna fora do capitalismo? Parece uma religião. Porque é claro que o capitalismo não instituiu vida digna em lugar nenhum, ele expropria a potência da vida em todos os termos. Ele transforma mesmo aquelas pessoas que alcançam um estatuto econômico considerado suficiente. Transforma a vida das pessoas num vazio cognitivo, afetivo, existencial. Esse vazio cognitivo, afetivo, existencial, eu atinei que nós poderíamos chamar de "abismo cognitivo", porque ele nos tira a capacidade de sentir, de refletir, e nos põe nos termos do capitalismo.

Quando o Pepe Mujica diz que o capitalismo não quer cidadão, ele quer um cliente, um consumidor, isso quer dizer que o capitalismo quer um idiota. Então, se escapamos desse convite a sermos idiotas, significa que ainda podemos criar outros mundos, com a capacidade criativa, reflexiva, de escolha. Pode também questionar a ideia da macropolítica.

Existem muitas pequenas comunidades vivendo em vários lugares do mundo, com uma autonomia admirável. Elas passam longe do gráfico da economia, estão fora da economia, mas estão dentro da vida. São essas pessoas, coletivos e comunidades que são capazes ainda de falar a linguagem do rio, da floresta, da montanha, são capazes de

ouvir outras vozes, de se silenciar diante de uma orquestra maravilhosa, inventiva, que nos indica outros caminhos e que nós precisamos ter disposição para ouvir, para ver, para sonhar, para aprender.

Eu acredito que nós não estamos diante de uma crise no sentido da capacidade de produzir afetos e de produzir outros mundos. Nós estamos, na verdade, muito pressionados pela crise material, materialista, extremamente condicionada ao materialismo da economia, do capitalismo, que implica também em crise política porque essas coisas andam muito juntas e estão relacionadas com a ideia de gestão do mundo. É uma noção de governança global. Essas ideias são profundamente comprometidas com o capitalismo, com o que chamamos de necropolítica. Se a necropolítica se constitui nesse modo de governar o mundo, eu repudio a ideia da macropolítica, porque a macropolítica está capturada pela necropolítica. Assim como a pandemia da Covid-19 assolou diferentes regiões do planeta, essa ideologia, de uma governança global, está profundamente relacionada com a nossa incapacidade de produzir respostas de dentro do nosso próprio organismo para a vida. É para isso que o capitalismo está convocando todo mundo. Então, o que temos que fazer diante desse mundo abismado pelo capitalismo é resistir. Resistir de um lugar de invenção. Resistir de dentro de um lugar que inventa, que engendra outros mundos. Mesmo que a gente não reivindique nada desse mundo capitalista, nós temos que ser capazes de engendrar outros mundos.

A maneira que as nações estão organizadas tem a ver com política e é a continuidade de uma experiência colonial. Os Estados na América inteira são Estados coloniais, ninguém escapa. E um debate importante nos países andinos é discutir a refundação desse estado colonial. Se nós somos instados a pensar o Estado como uma coisa eminentemente a serviço do capitalismo, então nós podemos, ao invés de ficar questionando o capitalismo, nos perguntar como nossos povos podem se organizar, de maneira plural, dentro desse contorno do que foi instituído como um país – Argentina, Brasil, Chile, Bolívia.

Nós temos a experiência da Bolívia, que avançou na questão do novo constitucionalismo latino-americano, colocando o debate nos termos de refundação de

um Estado colonial. Transformar essa estrutura, que é muito fácil de ser capturada pela coisa do capitalismo, em uma estrutura que reflete melhor a ansiedade dos seus povos plurais, porque são estados plurinacionais. O Estado colonial não admite essa pluralidade de ideias, de pensamentos. O Estado colonial foi capturado pela experiência da industrialização e nesses países agrários, a cultura agrária foi capturada pelo capitalismo. Então, nós passamos a ser um grande mercado. Todos os estados nacionais na América Latina são mercados. Assim como no centro da sua cidade tem um mercado, onde você vai comprar coisas, nós passamos a ser configurados como mercado. É assim que somos percebidos nessa economia financeira global. Romper com isso pode também supor que nós temos que reformular a nossa ideia de Estado.

Pierre Clastres, no seu livro *A sociedade contra o Estado*, mostra que os povos originários são capazes de conceber formas de governo e disso que chamamos de cosmopolítica: uma política de relações e não uma política de conflitos, não uma política de confrontar, mas uma política de relações que supõe afeto, que supõe inteligência, que supõe uma capacidade de resolução de conflitos. Esse tipo de política é o que pode nos interessar. Muito diferente dessa coisa que os estados coloniais instituíram, porque elas são máquinas de fazer guerra. Nós temos que escapar dessas máquinas de fazer guerra. A pergunta é: "é possível imaginar novas formas de Estado?". É claro que é possível. Temos que pôr em questão esses estados coloniais. E temos que ser capazes de trazer aquelas experiências bem-sucedidas de povos que decidiram estabelecer uma experiência plurinacional.

Eu tenho falado muito que o Estado brasileiro é um Estado arcaico, colonial, além de ser patrimonialista. Quer dizer, o estado brasileiro está cheio de condições que não servem mais no século 21. Então temos que refundar essa experiência de uma sociedade plural e invocar um Estado plurinacional. Temos que acabar com essa história colonial que veio para dominar nossos povos e instituir esses modelos arcaicos e coloniais de governo e que reproduz na América Latina inteira essa forma que eles chamam de democracia. Na verdade, isso não tem nada a ver com democracia. Então, eles vendem essa ideia de democracia, é uma coisa autoritária e que ilude a nossa boa-fé em relação à ideia de uma sociedade compartilhando a vida no planeta, no mundo, no concerto das

nações. Então, nós temos que provocar internamente nos nossos estados uma discussão sobre sair do molde capitalista, colonialista e pensar estados comprometidos com o que poderia ser não os objetivos do milênio, mas os objetivos dos seus plurais povos, da expectativa que os Krenak, que os Guarani, que os Xavante, que todo mundo, na sua diversidade, é capaz de produzir. Aí nós teríamos riqueza, aí nós teríamos uma vasta oferta de ideias para o mundo, ao invés de ficar essa coisa tímida, mesquinha, do Estado colonial, que vive reclamando que está com a economia fraca, que está perigando.

Temos que ser capazes de reciclar essa relação com esses Estados. As próprias estruturas do que eles chamam de "repúblicas" na América Latina são arcaicas e temos que refundar tudo isso. Vamos refundar esses Estados, ao invés de ficarmos achando que eles são um tótem que não se pode tocar.

Os europeus criaram a Comunidade Europeia. Inicialmente era uma comunidade de economia, mas cada vez mais, crescentemente, a Europa aprofunda as relações entre os Estados-nações, rompendo cada vez mais com aquele molde duro de roer e com aquela coisa monolítica que eles nos imputaram há 500 anos atrás. Se não serve para eles na Europa, não serve para nós também. Por que nós vamos continuar reproduzindo aquele Estado colonial se nem os europeus querem mais isso? Então nós temos que jogar fora essa carcaça vencida do Estado colonial, temos que reivindicar e construir um Estado plurinacional, com todos os povos podendo manter suas expressões próprias, e que é muito mais rico do que essa monocultura estúpida do capitalismo.

Haveria muito ainda que trocar e seguir, refletindo pelo estímulo de uma conversa fundada na experiência dos afetos, profundamente enraizada, que suscita uma visão sobre tudo e que põe em questão a ideia, inclusive, que foi constituída sobre nós todos, essa ideia de que existe algo que pode ser nomeado como biodiversidade. A ideia da biodiversidade, que é tão simpática, na verdade, concerne a um conjunto, a uma epistemologia que saqueia a vida. Ela subdivide temas, esquarteja o sentido da vida e cria valores sobre a experiência da vida. Ela assalta o sentido da experiência da vida como uma experiência cósmica, uma dança cósmica, e institui um esquema de compreensão da vida miserável. E isso é uma afronta. A vida é maravilhamento. Para os

nossos ancestrais, a vida sempre foi maravilhamento. Ela nunca pode ser percebida como algo que se pode medir, que se pode escalar.

A medição da biodiversidade do planeta é uma lógica econômica que tem que ser questionada. Nós não podemos pensar a nossa relação com o todo, ao nosso redor, com essa perspectiva de uma diversidade gestora, uma ideia econômica do mundo. Essa diversidade gestora do mundo é oportunista. É ela que inventa a ideia de que, com tecnologia, nós vamos dar conta de resolver os problemas e as questões climáticas. Vamos dar conta, inclusive, de resolver as questões graves da crise ecológica, no sentido ambiental. Por exemplo, pegando a água, tratando-a e produzindo qualquer outra energia que nós possamos intuir. E assim, vamos estar sempre criando campos de gestão da vida, como se a vida pudesse ser “gestionada”. Essa é uma abstração escandalosa!

Um peixinho no oceano nunca vai cogitar administrar aquele lugar que ele circula, aquele ambiente da vida. Ele simplesmente experimenta a vida. E os humanos têm essa absurda capacidade de se imaginar administrando a própria experiência da vida. É uma racionalidade, uma lógica que o Ocidente impôs ao mundo e plasmou muitas outras culturas com essa perspectiva de administrar a vida e tudo que não é humano. É sobre isso que eu insisto em afirmar que a vida é selvagem, e ela foge a qualquer controle, a qualquer cálculo que a gente possa projetar. A vida é maior do que todos nós. Então, por mais que a gente consiga atinar com a complexidade da resolução desses problemas todos, na verdade, nós não vamos resolver nenhum problema. Mas a vida dá conta de todos eles, e esse é o maravilhamento. É acreditar na vida.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre (1988) **A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Livraria Francisco Alves. (Título original 1974: La Société contre l'État: Recherches d'Anthropologie Politique)

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce (2015) **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras. (Título original 2010: La Chute du ciel: Paroles d'un chaman yanomami)

KRENAK, Ailton (2020) A vida é selvagem. **Cadernos SELVAGEM** (publicação digital). Rio de Janeiro: Dantes Editora / Biosfera.

Transcrição e edição: Wellington Cançado

Revisão: Felipe Carnevalli e Ana Maria R. Gomes